



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Vencimentos e Dignificação.



24 de Outubro de 2008

Como meio de verificar os potenciais efeitos e reacções às suas medidas este Governo tem utilizado a comunicação social, que as anuncia a partir de “*jornalistas amigos*” que se prestam a este tipo de serviço.

De tal modo que as Associações Profissionais dos Militares (APM), ilegalmente excluídas dos processos de formação da decisão e dos modos de integração previstos na Lei, tomam conhecimento de *supostas intenções* do Governo através daqueles órgãos de comunicação social (OCS); por graça, há até quem defenda que as APM deveriam pedir audiências aos tais “*jornalistas amigos*” em vez de as pediram aos Órgãos de Soberania.

A tática usada é sempre no sentido de fazer passar a ideia de que o Governo, *coitado*, tem de fazer o sacrifício de ir retirar mais uns milhões de euros a qualquer rubrica para acudir aos *malvados* dos militares que só sabem exigir, exigir...

Também aqui a tática é sempre a mesma: primeiro procede-se à sub-orçamentação ou mesmo desorçamentação, nas rúbricas da Defesa Nacional, nomeadamente nas despesas com o pessoal, como vencimentos, saúde, pensões, etc, e depois, mais tarde, quando essa premeditada e provocada escassez de verbas se faz sentir – como este ano com a falta de verbas para pagar os vencimentos nos últimos meses do ano - lá surge o *bom* do ministro a *dar* as verbas para pagar aos *malvados*; continuando (há mais de trinta anos) a fazer passar uma imagem negativa dos militares e das Forças Armadas.

Nunca Governo nenhum cuidou de informar os contribuintes do valor do serviço público que, 24 horas por dia, todos os dias do ano, os militares prestam ao País com os orçamentos de que dispõem – é, certamente, várias vezes o seu valor, e um trabalho para o qual só a tutela e os ramos dispõem de meios e dados para o fazer com a seriedade e rigor que o contribuinte desejaria; mas, infeliz e premeditadamente não o fazem.

Correm rumores, através da *tal imprensa*, que o Governo estaria em vésperas de ceder aos chefes militares na sua exigência de actualização do Suplemento da Condição Militar (SCM), sem dúvida uma exigência meritória.

Mas sobre esta matéria, da qual mais uma vez as APM estão ilegalmente arredadas, desde há muito tempo que a ANS tem apresentado propostas concretas, que visam implementar medidas para recuperar alguma equidade externa com os quadros de referência da Administração Pública (AP) salvaguardando a equidade interna, e simultaneamente recuperar parte das onerosas perdas verificadas nos nossos vencimentos nos últimos anos (cerca de 10% em 5 anos)!

Estas medidas, a nosso ver, devem consistir num aumento intercalar compensando a inflação real, devem incidir na actualização autónoma do índice 100 (o do quadro especial das Forças Armadas é o mais baixo de todos os quadros especiais da AP!) e devem permitir a actualização da parte fixa do SCM elevando-o para valores iguais aos que o Estado paga aos restantes quadros especiais das suas funções estruturantes e de soberania.

Só estas medidas poderão garantir que não se alarguem mais os fossos existentes, interna e externamente, nos vencimentos dos militares, salvaguardando a coesão social e a dignidade salarial de toda a Família Militar.

Também nesta matéria saberemos mantermo-nos *Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!*

A Direcção

Lisboa, 24 de Outubro de 2008